

Morfologia relacional: o que é e como se faz

Relational morphology: what it is and how it is done

Carlos Alexandre Gonçalves*

carlexandre@bol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

RESUMO: O objetivo central do artigo é fornecer ao leitor um panorama acerca de um novo modelo que se inscreve no conjunto das abordagens construcionistas da gramática: a Morfologia Relacional (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, 2018, 2020). Nessa empreitada, destacamos os pontos de convergência e de divergência entre a Morfologia Relacional e outras abordagens congêneres, como a Morfologia Construcional (BOOIJ, 2005; BOOIJ, 2010), mostrando seu formalismo e aplicação a fenômenos morfofonológicos do português, como, por exemplo, os plurais em *-ãos*. Como é uma abordagem extremamente recente, ainda pouco conhecida no Brasil, pretendemos apresentar o modelo, além de argumentar em prol do seu poder descritivo com dados do português.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Construção; Esquema; Morfologia Relacional; Português.

ABSTRACT: The main objective of this paper is to provide the reader with an overview of a new model that is taking a part of the set of constructionist approaches to grammar: Relational Morphology (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, 2018, 2010). In this endeavor, we highlight the points of convergence and divergence between Relational Morphology and other similar approaches, such as Constructional Morphology (BOOIJ, 2005; BOOIJ, 2010), showing its formalism and application to morphophonological phenomena in Portuguese, such as, for example, the plurals in *-ãos*. As it is an extremely recent approach, still little known in Brazil, we intend to present the model, in addition to arguing for its descriptive power with Portuguese data.

KEYWORDS: Morphology; Construction; Scheme; Relational Morphology; Portuguese.

Apresentação

Neste artigo, temos o propósito de elencar as principais ideias de um novo modelo construcionista para o tratamento de questões morfológicas, a chamada Morfologia Relacional (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, 2018, 2010). Embora esse quadro teórico seja bem mais audacioso, por pretender dar conta de fenômenos

* Professor Titular do Departamento de Letras Vernáculas. Pesquisador-bolsista do CNPq, nível 1C.

sintáticos, como a ordem e a atribuição de papéis temáticos, focalizaremos, aqui, apenas as vantagens do modelo na descrição de problemas de morfologia.

Em primeiro lugar, procuramos mostrar em que medida a Morfologia Relacional (MR) dialoga com outros modelos construcionistas, que Jackendoff e Audring chamam de “primos”, sobretudo com a proposta de Booij, a Morfologia Construcional (MC), cujo parentesco é ainda mais próximo. Na sequência, observamos as principais diferenças entre a MR e os demais modelos construcionistas, tentando, com isso, advogar sobre as vantagens dessa abordagem. Nessa empreitada, tratamos brevemente de fenômenos morfofonológicos do português, como a relação entre formas verbais e nomes proparoxítonos (‘termino’/‘término’) e o formalismo adotado pelo modelo para abordar tanto a flexão quanto a derivação.

1. A Morfologia Relacional

Esta seção é dedicada à apresentação da Morfologia Relacional: desde suas origens, em Jackendoff (2002), até o parentesco com sua “prima”, a Gramática de Construções (GOLDBERG, 2005; CROFT, 2001), e sua “irmã”, a Morfologia Construcional (BOOIJ, 2010), para usar a terminologia de seus proponentes (cf. JACKENDOFF; AUDRING, 2016). Nesse percurso, passamos, num primeiro momento, pela chamada Arquitetura Paralela, modelo desenvolvido por Jackendoff ao longo de mais de trinta anos¹, até chegarmos ao ideário básico da Morfologia Relacional, procurando focalizar os pontos de convergência e de divergência entre este aparato teórico e os demais de orientação construcionista. Logo após, abordamos a representação usada no modelo tanto para as palavras monomorfêmicas quanto para as relações lexicais mais simples. Concluímos o artigo destacando as vantagens de uma abordagem relacional para a Morfologia.

Morfologia Relacional (MR) é o nome do modelo que Ray Jackendoff, professor emérito da Universidade Tufts e eminente semanticista estadunidense, mundialmente conhecido por seus trabalhos em ciências da cognição, vem desenvolvendo em

¹ No livro *Meaning and the Lexicon*, de 2010, Jackendoff traça o desenvolvimento da Arquitetura Paralela (AP), tomando como marco seu texto clássico de 1975 em que aborda a tradicional distinção entre Regras de Formação de Palavras e Regras de Redundância Lexical (JACKENDOFF, 1975). Para ele, ali estão as bases da AP. Então, no livro de 2010, fornece ao leitor a trajetória do modelo que desenvolveu ao longo de 35 anos. A AP, no entanto, ganhou maior repercussão entre os linguistas a partir da obra de 2002, *Foundations of language* (JACKENDOFF, 2002).

coautoria com Jenny Audring, professora da Universidade de Leiden (Holanda), desde o final da última década. Essa brilhante parceria culminou, no último biênio, com a publicação de dois importantes livros, ambos pela Oxford, cujos títulos traduzimos para o português: (a) “A textura do Léxico” (2019) e (b) “Morfologia Relacional na Arquitetura Paralela” (2020).

Optamos por não apresentar os nomes das obras em inglês para já fornecer ao leitor uma pequena ideia das principais assunções do modelo: uma abordagem centrada no léxico e com base numa concepção de gramática que explicitamente assume a existência de uma arquitetura paralela. Esse quadro teórico integra a morfologia na constituição geral da linguagem, permitindo que esse nível de análise linguística interaja de forma mais eficiente com a fonologia, a sintaxe, a semântica e, acima de tudo, com o léxico.

A premissa mais básica da Arquitetura Paralela² é a assunção de que a estrutura linguística não é determinada inteiramente pela sintaxe (sintático-cêntrica), como sempre foi na Gramática Gerativa (cf. CHOMSKY, 1957), mesmo em suas versões mais recentes, como a Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. CHOMSKY, 1981) e o Programa Minimalista (cf. CHOMSKY, 1995). Por outro lado, também não é determinada inteiramente pelo significado (semântico-cêntrica), como defende a maior parte dos fundadores da Linguística Cognitiva: George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy e Gilles Fauconnier, como bem ressaltado em Chiavegatto (1999). Na perspectiva da AP³, a estrutura linguística é determinada por sistemas independentes de Fonologia, Sintaxe e Semântica, além das ligações (ou *interfaces*) entre eles, como na Figura 1, retirada de Jackendoff e Audring (2020, p. 2), na qual setas de duas pontas destinam-se a representar correspondências entre componentes, em vez de derivações de um para outro:

² Na obra de 2002, que funciona como corolário à Arquitetura Paralela, Jackendoff não dedica espaço à formação de palavras. Em outros trabalhos, aparecem reflexões acerca dessa área, nomeadamente da composição, como, p. ex., em Jackendoff (2009).

³ Não nos deteremos muito na Arquitetura Paralela, por dois motivos fundamentalmente: (a) queremos focalizar a Morfologia, mais centralmente, e (b) há, em português, um excelente livro que apresenta com detalhes o modelo consolidado em *Foundations of language* (JACKENDOFF, 2002): o livro de Rodrigues (2012). Na obra, intitulada *Jackendoff e a Arquitetura Paralela: apresentação e discussão para um modelo de linguagem*, a professora Alexandra Soares Rodrigues, da Universidade do Porto, fornece uma ampla visão do modelo, razão pela qual remetemos o leitor interessado a essa obra.

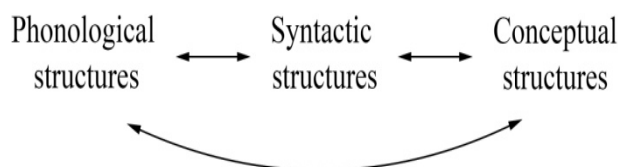


Figura 1: *Arquitetura Paralela – visão geral* (Fonte: JACKENDOFF; AUDRING, 2020, p. 2)

Conforme a Figura 1, cada tipo de estrutura está sujeito às condições de boa-formação ou às restrições aplicáveis a determinado tipo de representação. Por exemplo, a estrutura prosódica é governada por dispositivos ou restrições fonológicas, como aquelas para a construção de sílabas e constituintes de nível superior (pé e palavra prosódica, por exemplo). As estruturas morfológica e sintática (estrutura morfossintática, apenas para abreviar) são governadas pelas regras da Sintaxe e da Morfologia. Por fim, a estrutura conceitual é especificada pelas restrições e regularidades das representações semântico-cognitivas. Ressaltamos que as setas duplas representam relações de **correspondência** entre esses diferentes tipos de informação dentro de uma construção de linguagem particular. As correspondências também podem ser chamadas de **interfaces**, mas jamais são concebidas em termos seriais, pressupondo o mecanismo de derivação (uma estrutura sendo o *output* gerado de outra, seu *input*).

De acordo com Booij e Audring (2015, p. 5), uma característica importante da AP é que “diferentes tipos de informação (fonológica, sintática/morfológica e semântica) são simultaneamente acessíveis”. Por exemplo, a adjunção de um afixo a uma base pode ser dependente de propriedades prosódicas da base, que devem, portanto, estar disponíveis para a operação morfológica. Desse modo, “as informações sobre o nível de estrutura fonológica devem ser acessíveis para a expressão de generalizações no nível morfológico” (cf. BOOIJ; AUDRING, 2015, p. 5). Evidência para a relevância simultânea das estruturas morfológica e prosódica em português está na alternância entre as formas *-ez* e *-eza* na nominalização de adjetivos. Embora não haja absoluta regularidade na distribuição entre essas duas variantes, há categoricidade no caso de bases proparoxítonas, uma vez que todas terminam em *-ez*, como se vê em (01), a seguir. Nesses casos, a informação prosódica é acessível à morfologia que, para manter o mesmo número de sílabas da base, cria derivados com um sufixo que se adjunge à raiz. Teríamos, aqui, um caso em que a adjunção de *-eza* não seria possível por criar palavra com acento na quarta sílaba da direita para a esquerda (um pré-proparoxítono) e, em português, uma restrição, chamada por Bisol (1992) de RJTS

(Restrição de Janela de Três Sílabas), ajusta a estrutura ao formar um oxítono com o mesmo número de sílabas da base.

(01)	tímido	timidez	lânguido	languidez
	rígido	rigidez	estúpido	estupidez
	límpido	limpidez	flácido	flacidez
	frígido	frigidez	rápido	rapidez

Outro exemplo interessante de que propriedades prosódicas devem estar acessíveis à Morfologia é a adjunção apenas de -s para a formação do plural de nomes anoxítonos terminados em -ão (cf. 02a, a seguir) ou monossílabos (02b), excetuando-se, nesses últimos, os mais lexicalizados: ‘cães’ e ‘pães’. As formas com plural em -ãos, listadas em (02), conjunto bem pequeno na língua, são claramente governadas (a) pelo acento e (b) pelo tamanho da palavra:

(02)	a.	órfão	órfãos	b.	grão	grãos
		órgão	órgãos		mão	mãos
		bênção	bênções		chão	chãos
		sótão	sótãos		vão	vãos
		acórdão	acórdãos		são	sãos

Ainda de acordo com Booij e Audring (2015, p. 6), “propriedades prosódicas dos afixos também podem desempenhar papel nas restrições ao encadeamento de afixos”. Por exemplo, em português, o -a de feminino é uma unidade de fechamento que bloqueia a sufixação posterior de palavras complexas e só pode ser seguido do -s de plural, como em ‘professoras’ e ‘divinas’. No entanto, por formar palavras prosódicas por si só, -mente e -zinho podem ser adicionados a palavras flexionadas em gênero:

(03)	lindamente	estupidamente	rapidamente	placidamente
	elazinha	timidazinha	chapadazinha	placidazinha

Seguindo o exemplo da Morfologia Construcional (BOOIJ, 2005, 2007, 2010), a AP trata a morfologia como a gramática das palavras. Assim, da mesma maneira que a gramática frasal, a morfologia envolve fonologia, sintaxe e semântica, “mas *dentro* das palavras” (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, p. 478). Assim, a imagem na Figura 1,

exibida anteriormente, para integrar a morfologia, pode ser reelaborada como a Figura 2, a seguir, extraída de Jackendoff e Audring (2020, p. 3):

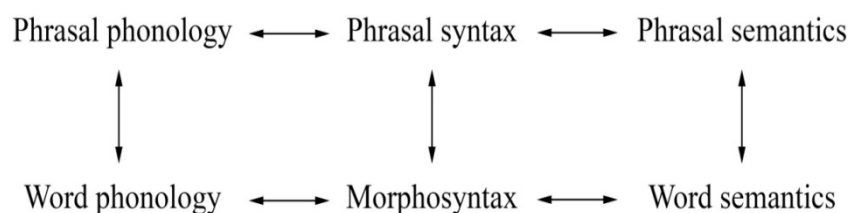


Figura 2: A Arquitetura Paralela – visão estendida (Fonte: Jackendoff e Audring, 2020, p. 3)

Observa-se, portanto, na arquitetura da Morfologia Relacional, que a Morfologia abrange a estrutura da morfossintaxe mais suas interfaces para a sintaxe frasal e para a fonologia e a semântica das palavras. Dessa maneira, o modelo explicitamente assume uma escalaridade (*continuum*) entre a morfossintaxe e a sintaxe frasal. Jackendoff e Audring (2016, p. 468) acreditam que “uma teoria da faculdade de linguagem deve buscar integração com teorias de outras faculdades mentais. Contudo, tal integração deve respeitar os detalhes das faculdades individuais”. A base dos autores – além dos estudos conduzidos por Jackendoff (2002) no âmbito da AP e pela Morfologia Construcional de Booij (2010) – é a própria Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; GOLDBERG, 2006). O objetivo maior da dupla é “elaborar alguns aspectos de uma teoria morfológica do processamento” (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, p. 468). Nesses modelos, mostram Jackendoff e Audring (2016, p. 469), “regras gramaticais são, elas mesmas, itens lexicais – ou seja, a gramática é parte do léxico”.

2. A Morfologia Relacional e modelos construcionistas “primos”: semelhanças

Concebido como um componente e um enriquecimento da AP, o objetivo básico da Morfologia Relacional (MR) é “a integração harmoniosa da morfologia com o resto da linguagem e com o resto da mente” (JACKENDOFF; AUDRING, 2020, p. 480). Por isso mesmo, leva muito a sério o termo “conhecimento da linguagem”, focalizando a questão sobre o que um falante armazena na memória de longo prazo e, mais importante ainda, de que maneira o faz. Desse modo, converge plenamente com a Gramática de construções (GC)⁴ e com a Linguística Funcional-Cognitiva (p.

⁴ Goldberg (2006, 213-215) mapeia um conjunto de abordagens que dialogam diretamente com o ideário básico da CG (a) Gramática das Construções Unificada (FILLMORE, KAY, O’CONNOR, 1988);

ex., TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013)⁵, primeiramente porque considera a faculdade da linguagem uma habilidade cognitiva humana que utiliza o mesmo aparato de outras tarefas (CROFT; CRUSE, 2004). Dito de outra maneira, os processos cognitivos envolvidos na interação linguística não são muito diferentes daqueles usados para outras tarefas igualmente cognitivas, tais como a percepção visual, o raciocínio ou a atividade motora (cf. JACKENDOFF; AUDRING, 2020, p. 481). A seguir, elencamos outras ideias que a MR compartilha com esses outros constructos teóricos que chama de “primos”:

1. “a linguagem é a percepção e a produção em tempo real de uma sequência temporal de unidades discretas, estruturadas e simbólicas. Essa configuração particular das habilidades cognitivas é provavelmente única à linguagem, mas as habilidades cognitivas requeridas não o são” (CROFT; CRUSE, 2004, p. 2);
2. o conhecimento da língua emerge do uso e nisso a Gramática de Construções deve se alinhar aos modelos baseados no uso (cf. HOFFMANN; TROUSDALE, 2013);
3. a unidade fundamental da gramática é o pareamento forma-significado, chamado de **construção** (ou **esquema**, no caso da MR e da MC), o que acarreta que regras gramaticais estão no mesmo formato básico que palavras: são relações estruturadas de forma e significado;
4. existe uma hierarquia construcional (BOOIJ, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) e sua distribuição entre **esquemas** (altamente virtuais e abstratos, no nível mais alto do *constructicon*), **sub-esquemas** (famílias mais específicas de construções, em nível intermediário, com subespecificações – partes fixas e variáveis) e **microconstruções** (*types* específicos e individuais). A nomenclatura varia muito de um autor para outro, mas a ideia é de gradiência de especificidade: do mais esquemático ao mais específico. Tomamos, aqui,

(b) Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987); (c) Gramática das Construções Radical (CROFT, 2001) e (d) Gramática das Construções Cognitiva (LAKOFF, 1990; GOLDBERG, 1995).

⁵ A Convém manter frisar que não há correspondência exata entre a LFCU (Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e a Linguística Funcional-Cognitiva (LFC), conforme apresentada em Traugott e Trousdale (2013), Hofmann e Trousdale (2013) e Hilpert (2014), por exemplo. A LFCU é um rótulo criado pelo grupo de estudos Discurso e Gramática (UFRJ, UFRN, UFF), constituindo-se em um modelo teórico-metodológico relativamente alinhado a pressupostos e conceitos operacionais da LFC e das abordagens dos pesquisadores citados na nota, todos assumindo enquadrar seus trabalhos no que se conhece como Usage-based Linguistics. Entretanto, não há confluência absoluta entre eles, daí a necessidade de resguardar especificidades (cf. BISPO; LOPES, 2022).

os termos **construção** e **esquema** como sinônimos, uma vez que, na prática, referenciam as mesmas entidades linguísticas;

5. não há distinção entre léxico e a gramática⁶, pois tanto as palavras quanto as regras são tratadas como itens em um “léxico estendido” ou “*constructicon*”: o léxico produz todas as estruturas (JACKENDOFF; AUDRING, 2018);
6. as construções mais centrais (a “*core Grammar*”) e as mais periféricas recebem o mesmo tratamento, vinculando-se por relações de herança de natureza vária (GOLDBERG, 2006);
7. a aquisição da linguagem é baseada em *types*: “as línguas são aprendidas, ou seja, são construídas com base em *input* juntamente com restrições cognitivas e pragmáticas genéricas” (GOLDBERG, 2006, p. 2). Por isso mesmo,
8. Crianças aprendem padrões de uso e sua competência linguística se define como o domínio de um inventário estruturado de unidades simbólicas (TOMASELLO, 1999).

A essas oito assunções, acresceríamos uma nona, parafraseando Goldberg (2006, p. 22), ao substituir sentenças por palavras:

9. as gramáticas não geram palavras; são os falantes que o fazem.

Desenvolvida na Universidade de Berkeley (USA), no final da década de 1980 (cf. SALOMÃO, 2009), a GC abordou maciçamente fenômenos sintáticos, tendo rápida adesão nos anos 1990 e no início do século XXI. Sua aplicação à morfologia, no entanto, foi bem mais lenta, embora a ideia de continuidade do léxico para a sintaxe fosse largamente extensível à formação de palavras e à flexão. Portanto, a história da morfologia, na Linguística Cognitiva, não difere muito do que aconteceu no paradigma da Linguística Gerativa: foi sempre “pegando carona”, quer da Fonologia (nos modelos não lineares, como a Morfologia Prosódica), quer da Sintaxe (Morfologia Lexical).

Considerando as especificidades internas de cada nível, ideia central da Morfologia Relacional, coube a Booij (2005) fornecer o instrumental analítico necessário à aplicação das premissas básicas da GC à morfologia, ao criar o modelo de Morfologia Construcional (MC), que culminou com a publicação de seu livro

⁶ Como mostram Wiedemer e Oliveira (2019, p. 2), a LFCU mantém a distinção, em termos prototípicos, entre o léxico, “como conjunto de categorias da língua de sentido referencial, e a gramática, como conjunto de categorias da língua de sentido procedural”. A defesa da prototipicidade, no entanto, não anula a ideia de *continuum*.

Construction Morphology, pela Oxford em 2010. No entanto, avançou para o tratamento da flexão (BOOIJ, 2013) e de outros processos morfológicos, sobretudo alguns de natureza não concatenativa, como a reduplicação (BOOIJ, 2015). Apesar do foco na Morfologia, o modelo também se mostra adequado para o tratamento de fenômenos sintáticos, como defendido em Booij (2010).

Em linhas bem gerais, a MC dialoga com modelos de Construção Gramatical, segundo os quais a língua constitui um inventário estruturado de unidades simbólicas (LANGACKER, 1987) que variam em extensão (desde as mais atômicas às mais complexas) e especificidade (desde os mais genéricos às instanciações de padrões específicos). Explicitamente inscrita no paradigma da Linguística Cognitiva – conjunto mais ou menos homogêneo de abordagens que têm em comum a ideia de que o significado é baseado no uso e na experiência e de que a Gramática é motivada, não havendo limites estanques entre os seus níveis (FERRARI, 2017) –, a MC vem se mostrando bastante eficaz tanto para o tratamento de temas clássicos em morfologia, como a flexão, quanto para a discussão da flexibilidade das fronteiras entre os dois principais processos de formação de palavras: a composição e a derivação.

A ideia de que o morfema não é uma construção, por não constituir um pareamento independente de forma e significado, compartilhada por Croft (2004), não é consensual entre os pesquisadores da área. De acordo com Booij (2010, p. 15), a própria Goldberg (2006, p. 5), embora liste o morfema em sua relação de construções, deixa de fazê-lo em publicações seguintes. Como Booij, também acreditamos que o morfema, em si, constitui item de construção; não é um signo linguístico propriamente dito por não constituir pareamento **independente** de forma e significado.

Ao considerar as especificidades do componente morfológico, Booij focalizou quatro questões fundamentais em confronto com o tratamento que a GC fornece para construções sintáticas (cf. MACHADO, 2015, p. 57): (i) O estatuto das unidades de análise morfológica em sintonia direta com o conceito de construção; (ii) Os meios de formalização mais adequados ao campo da morfologia; (iii) A relação entre *frames* e construções morfológicas; (iv) As relações de herança entre construções morfológicas.

Booij (2007) mostra que as palavras morfológicamente complexas são estruturas simbólicas convencionais, não havendo, por isso mesmo, diferença considerável entre, por exemplo:

(04) formas não segmentáveis ('cajá')

formas flexionadas ('caju-s');
 itens com marcadores de palavras ('cas-a');
 formas com vogais temáticas ('tem-e');
 prefixações ('anti-fascista');
 sufixações ('fasc-ismo');
 circunfixações ('a-tucan-ar');
 compostos neoclássicos ('xeno-fóbico');
 compostos híbridos ('agro-negócio');
 recompostos ('homo-agressor');
 compostos lexicais ('burro-asno');
 formações com *splinters* ('bolso-lixo');
 expressões semi-abertas ('pé-de-X');
 expressões parcialmente especificadas ('dar uma X-ada'); e
 expressões idiomáticas ('dar com os burros n'água').

Nos termos Gonçalves e Almeida (2012, p. 110), "todas essas unidades, que são complexas, podem, igualmente, ser analisadas, em suas estruturas de formação, por meio de esquemas construcionais". Desse modo, são totalmente flexibilizadas as fronteiras internas da morfologia, pois flexões, derivações e composições passam a ser vistas, todas elas, como construções e são representadas da mesma maneira: por meio de esquemas e subesquemas, não havendo, entre elas, limites intransponíveis, assim como não há rígida separação entre Léxico e Gramática.

Num texto clássico de 2010, Margarida Basilio, eminente morfóloga brasileira cujos principais trabalhos se inscrevem explicitamente no paradigma gerativista, comporta-se como verdadeira construcionista ao destacar que "deixa de ser crucial a questão de determinar, por exemplo, se um composto é ou não uma palavra; ou se uma construção é composta ou prefixada" (BASILIO, 2010, p. 21)⁷. Mais ainda, reforça a ideia de que palavras (primitivas e derivadas) "são unidades simbólicas complexas convencionais, cujas propriedades comuns podem ser representadas em esquemas construcionais, desde os mais especificados, como [[Xizar]_v-ção]_N até os mais abstratos como [N-N]_N" (BASILIO, 2010, p. 21).

Na Morfologia Construcional, esquemas expressam generalizações sobre conjuntos de palavras existentes e podem ser usados para formar novas unidades lexicais, refletindo, por isso mesmo, tanto o reconhecimento de unidades complexas

⁷ Não podemos deixar de expressar nossa profunda admiração pelo nome mais importante da Morfologia no Brasil: Margarida Basílio. Abraçar uma nova forma de interpretar os dados linguísticos que, durante anos, analisou em outro paradigma, além de muita coragem, revela a capacidade de um verdadeiro mestre: aquele que consegue rever seus próprios conceitos e se atualizar sempre. Desde 1997, a referida pesquisadora vem se comprometendo, cada vez mais, com o uso da língua e se identificando com a abordagem cognitivista.

quanto a produção de novas unidades. Conforme Basilio (2010, p. 202), “são padrões rotinizados que, uma vez suficientemente entranhados, podem ser usados na produção e recepção de expressões linguísticas”. Resumindo, uma construção morfológica pode ser concebida como um pareamento convencionalizado de forma e sentido (BOOIJ, 2010), assim como as construções sintáticas. Segundo Booi (2010, p. 35),

uma hierarquia organizada em esquemas e subesquemas funciona como uma descrição sincrônica para padrões e possibilidade de formação de novas palavras de diferentes subtipos. Isso significa que pode revelar como os mecanismos de extensão conceptual são convencionalizados em uma língua particular.

De acordo com Hoffmann e Trousdale (2013, p. 1), a igualdade das definições, na GC e MC, tem importante implicação teórica: “uma vez que o conhecimento linguístico humano é armazenado em um *constructicon*, isto é, em uma rede de construções, tanto material sintático quanto material morfológico fazem parte do mesmo domínio construcional”. Sem dúvida alguma, há uma sintonia direta entre o modelo de Booi e as Gramáticas de Construções (o plural é intencional) e todo o arcabouço que vem sendo desenvolvido, inclusive no Brasil, na linha da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. MARTELOTTA, 2011; FURTADO da CUNHA, 2012; WIEDEMER; OLIVEIRA, 2019), pois, em linhas gerais: rejeitam a centralidade e a autonomia da sintaxe; (b) incorporam a semântica e a pragmática às análises; (c) exploram a relação estreita entre a estrutura morfológica das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação; e (d) entendem que os dados para a análise linguística devem ser os enunciados que ocorrem no discurso natural.

3. Sobre as especificidades da Morfologia Relacional

Passemos, a seguir, à apresentação do modelo de Morfologia Relacional, mostrando, o que, de fato, caracteriza esse novo quadro teórico, em contraste com as demais abordagens construcionistas. Brincando com essa relação de parentesco, que está no cerne do próprio modelo, ousamos afirmar que a Morfologia Construcional constitui “irmã” da Relacional, uma vez que Geert Booi é parceiro, em vários trabalhos, tanto de Ray Jackendoff quanto de Jenny Audring, incluindo um trabalho

escrito pelos três, como o primeiro de (06), a seguir: Audring, Booij e Jackendoff (2017); Booij e Audring (2017a); Booij e Audring (2017b); Booij e Audring (2017a); Booij e Audring (2018).

Passemos, a seguir, às principais assunções desse novo modelo teórico, focalizando os pontos de divergência entre a MR e outros modelos de natureza construcional. Os vários modelos construcionistas existentes, incluindo o de Geert Booij, definem uma construção como um item simbólico produzido no léxico, ou seja, como um pareamento entre forma (fonologia, sintaxe) e significado (função), como na Figura 3, a seguir, extraída de Croft (2007, p. 18):

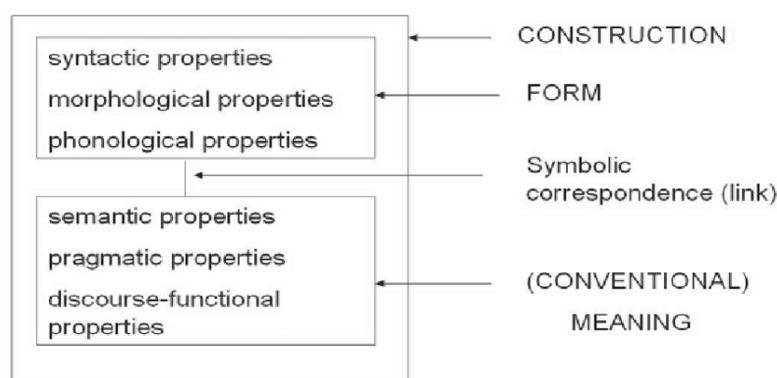


Figura 3: Pareamento forma-significado na Gramática de Construções

Em total sintonia com essas análises, a MR também assume esse pareamento para a maior parte das construções linguísticas. Por outro lado, admite a possibilidade de esquemas/construções que não envolvam semântica, como, por exemplo,

- (05) (a) padrões fonotáticos;
 (b) constituintes morfológicos sem significado, como, entre outros, os marcadores de palavras, as vogais temáticas e segmentos que funcionam como “cola” morfológica, a exemplo das vogais e consoantes de ligação;
 (c) raízes de fronteira (as que aparecem em construções mais individualizadas) e não se atualizam/correspondem a palavras (nunca aparecem em isolamento);
 (d) raízes *doublets* que aparecem apenas em derivados; e
 (e) sequências não recorrentes que se comportam como afixos.

Pelo fato de as unidades em (05) estarem no centro de investigações da MR, o modelo interpreta “as construções que relacionam forma e função como apenas um subconjunto do conhecimento total da linguagem de um falante” (JACKENDOFF;

AUDRING, 2020, p. 480). Desse modo, construções podem envolver apenas o polo significante, não carreando qualquer tipo de significado. A MR admite que formas podem ter função apenas formal, o que rompe um pouco a ideia de pareamento forma-função.

O repertório de relações entre itens lexicais constitui uma diferença crucial entre a MR e a MC. Já tivemos a oportunidade de enfatizar que, na Gramática de Construções, a **herança** é o principal tipo de correspondência entre esquemas: é, na verdade, “uma relação entre uma palavra ou construção e outra construção mais abstrata, de forma que esta última motive parcialmente a estrutura da primeira” (JACKENDOFF; AUDRING, 2018, p. 478). A MR admite tais relações, mas, além disso, permite relações “horizontais” – diretas ou “irmãs” – entre palavras ou entre esquemas, “para as quais, em muitos casos, não é atraente postular uma “mãe” abstrata que captura o que elas têm em comum” (JACKENDOFF; AUDRING, 2018, p. 479). No seu texto de 2019, que traduzimos como “Mães ou irmãs? A codificação do conhecimento morfológico”, com a finalidade de fornecer ao leitor mais uma visão geral do modelo, Audring assim se expressa sobre as relações entre construções:

Enquanto as abordagens tradicionais veem a gramática como um sistema de regras, as teorias baseadas em construção assumem esquemas declarativos – entradas lexicais com variáveis – como o *locus* do conhecimento gramatical. Esses esquemas são evidentemente necessários para codificar padrões produtivos. No entanto, o conhecimento morfológico também inclui relações entre palavras existentes, em padrões que não podem necessariamente ser estendidos produtivamente (...). Tais padrões podem ser codificados de duas maneiras: por um esquema “mãe” dominando as instâncias listadas, ou por ligações “irmãs” entre as próprias instâncias. Os *links* irmãos são a opção mais parcimoniosa, uma vez que não requerem uma camada superordenada na rede construtiva. No entanto, esquemas mães podem codificar propriedades que *links* irmãos não podem (AUDRING, 2019, p. 277).

Podemos apontar o formalismo como outro aspecto que diferencia a MR de outras abordagens construcionistas da Gramática. Se, por um lado, esse modelo, como a MC, adota o termo “esquema” em lugar de “construção”, por mera convenção terminológica, uma vez que os termos podem ser intercambiados sem prejuízo do significado, por outro, a MR enfatiza a distinção entre fonologia, sintaxe, morfossintaxe e semântica no âmbito dos esquemas como meio de marcar a diferença entre padrões

produtivos e padrões não produtivos. A questão do formalismo será abordada, com muito mais vagar, no próximo tópico, que também tem o propósito de mostrar o alcance desse modelo mais novo no âmbito da GC.

Consideremos, por fim, um contraste que Jackendoff e Audring (2016, 2018, 2020) concebem como “ponto final mais filosófico”: ao contrário de muitas outras abordagens construcionistas (cf. GOLDBERG, 2006), a MR admite a possibilidade de princípios de linguagem específicos de cada nível de descrição da estrutura linguística. A GC, de um modo geral, concebe a linguagem inteiramente como um subproduto de processos cognitivos mais gerais, ao passo que a MR, apesar de explicitamente concordar com os demais modelos nesse aspecto, enfatiza que está obviamente “comprometida em minimizar os aspectos específicos de cada domínio da linguagem” (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, p. 477). Dito de outra maneira, a MR assume a ideia de que a Morfologia, ainda que seja regida por princípios mais gerais, como os demais níveis, tem suas especificidades. Desse modo, a MR foi proposta justamente para acolher o que há de mais morfológico (ou “*morphologic by itself*”, parafraseando um famoso livro de Mark Aronoff) ou “morfologia mais pura”: classes formais, declinações, elementos de fronteira etc. Mesmo admitindo que há um *continuum* do léxico para a sintaxe, a MR considera as especificidades da Morfologia e consegue acolher as relações entre palavras e esquemas não apenas verticalmente (pelo mecanismo de herança), mas também horizontalmente (por instâncias irmãs), como detalhamos na próxima seção.

4. Morfologia Relacional: o formalismo e sua aplicação a fenômenos morfológicos mais corriqueiros

Nesta seção, focalizamos, mais diretamente, a formalização adotada pela Morfologia Relacional e tentamos, na medida do possível, aplicá-la a fenômenos do português. Começamos mostrando os três níveis envolvidos no esquema, genericamente chamados de FONOLOGIA, MORFOSSINTAXE e SEMÂNTICA. Logo a seguir, abordamos as convenções necessárias e começamos por exemplos mais simples, de palavras monomorfêmicas, até chegar a construções com maior grau de complexidade.

Uma discussão proeminente na maioria das teorias linguísticas tem sido a distinção entre palavras e regras, ou entre o léxico e a gramática, como se estivessem, nos termos de Jackendoff e Audring (2017, p. 469), “em diferentes “lugares”

metafóricos na mente” [grifo dos autores]. Paralelamente, grande parte da psicolinguística tende a tratar o armazenamento de palavras como algo distinto das regras gramaticais, posição explicitamente defendida, por exemplo, por Ullman (2015). Essa divisão é rejeitada, por exemplo, pela Gramática de Construções (cf. GOLDBERG, 1995), pelos modelos funcionais baseados no uso (cf. HOFFMAN; TROUSDALE, 2013) e pela Morfologia Construcional (cf. BOOIJ, 2010).

Nos termos de Jackendoff e Audring (2017, p. 469), “as abordagens construcionistas argumentam que as regras gramaticais são, elas mesmas, itens lexicais – ou seja, a gramática é parte do léxico” e, por isso mesmo, essa assunção é explicitamente assumida pela Morfologia Relacional (cf. JACKENDOFF; AUDRING, 2016, 2017, 2018, 2020). Demonstrando que, em praticamente todas as teorias linguísticas, “uma palavra contém peças de estrutura sobre três níveis: sua estrutura semântica, seus recursos sintáticos e sua fonologia” (cf. JACKENDOFF; AUDRING, 2016, p. 470), como vimos na seção 1, a Morfologia Relacional (MR) propõe que “esses níveis são, em princípio, independentes, cada um com suas próprias condições características de boa-formação. Mas cada um também é ligado aos outros” (cf. JACKENDOFF; AUDRING, 2016, p. 471): por exemplo, a camada fonológica pode ser ligada à camada morfossintática e esta à semântica. Os autores chamam essas relações de **links de interface de conexões** e os representam com índices que mostram quais partes da estrutura em um nível correspondem à estrutura em outro nível.

Em termos de formalização, a MR propõe, como os demais modelos construcionistas, a utilização de esquemas (ou construções). Jackendoff e Audring (2016, p. 485) são categóricos ao mostrar a enorme vantagem do uso de esquemas em vez de regras: “esquemas têm o mesmo formato que palavras, diferindo apenas na parte de sua estrutura que consiste em variáveis e variáveis coíndices”. No seguinte fragmento, explicitam muito bem as razões que justificam essa escolha:

em praticamente todas as teorias linguísticas, uma palavra contém peças de estrutura em três níveis: sua estrutura semântica, suas características sintáticas e sua fonologia. No paradigma da Arquitetura Paralela, esses níveis são, em princípio, independentes, cada um com suas próprias condições de boa formação características. No entanto, cada um também está ligado aos outros: a camada fonológica pode ser ligada à sintaxe e à semântica. Chamamos esses links de interface de conexões, e os notamos com índices que mostram quais partes

da estrutura em um nível correspondem à estrutura em outro nível. [...] Os índices devem ser pensados como marcando o fim das linhas de associação (JACKENDOFF; AUDRING, 2016, p. 487).

Ilustremos o formalismo da MR com uma construção atômica⁸ como ‘peru’. Esse item lexical morfológicamente simples consiste em um pedaço de estrutura semântica (o significado da palavra), grafado em maiúsculas, como convencionalizado desde o Estruturalismo (cf. HOCKETT, 1954), PERU, um pedaço de estrutura fonológica, sua pronúncia, (/pE'ru/), e a categoria morfofossintática a que pertence, Substantivo (S). Na representação a seguir, o agrupamento desses componentes em uma unidade lexical é convencionalmente sinalizado por uma relação através de um cossuscrito arbitrário, como 1. Os subscritos podem ser considerados marcando o que os autores chamam de *links de interface*. Na camada (*tier*) MORFOSSINTAXE, a classe da palavra aparece à esquerda, antes das reticências (...), o que permite, à fonologia, o preenchimento da sequência com conteúdo segmental e prosódico⁹:

(06)	SEMÂNTICA:	[PERU ₁]
	MORFOSSINTAXE:	[s ...] ₁
	FONOLOGIA	/pE'ru 1/

Imaginemos, por exemplo, a formação de nomes que se referem ao sexo biológico do referente, sem entrar, aqui, na complicada distinção entre gênero social e sexo, amplamente estudada, por exemplo, em Carvalho (2019) e Schwindt (2020). Uma abordagem baseada em regras facilmente admitiria um dispositivo como “adicione -a ao final de um nome, N (S ou Adj), para expressar a noção de sexo biológico feminino”. Na MR, teríamos, ao contrário, a formulação de um esquema como em (07), a seguir, em que a primeira linha poderia ser interpretada, nos modelos preexistentes, como a própria construção de feminino em português (cf., p. ex., CARVALHO, 2019):

⁸ Atômica é uma construção que não se divide em outras, o que corresponde, em morfologia, a uma palavra monomorfêmica, isto é, sem qualquer complexidade morfológica. O termo **substantiva** também pode ser utilizado nesses casos: trata-se de uma instância plenamente especificada.

⁹ Embora os autores utilizem o termo FONOLOGIA, muitas vezes se valem da representação fonética da palavra para abordar fenômenos de natureza sonora relevantes. O termo, portanto, deve ser visto mais como didático: uma maneira de se referir à pronúncia de construções. Optamos por manter os acentos nas representações fonológicas, muito embora essa informação possa ser omitida nesse nível de representação por ser previsível e gerada por regras (COLLISCHÖNN, 2000).

(07)	SEMÂNTICA:	[(X _x) FEM ₂] _Y
	MORFOSSINTAXE:	[N _x AF ₂] _Y
	FONOLOGIA	/N ...x a ₂ / _Y

Da mesma maneira que a palavra não complexa em (06), o esquema em (07) consiste em um pedaço de semântica, um pedaço de morfossintaxe e um pedaço de fonologia; os três estão ligados por subscritos. Para Jackendoff e Audring (2018, p. 134), (07) difere de (06) porque partes de sua estrutura são variáveis: (07) prevê que a noção de fêmea (FEM), de qualquer tipo de entidade (X) que admita oposição de sexos, pode ser expressa por um Nome (N), S (substantivo) ou Adj. (Adjetivo), mais um afixo (AF); na fonologia, a combinação é pronunciada seguido pelo fonema /a/, pronunciado [e] na maior parte das variedades do português.

A forma feminina ‘perua’ pode ser produzida instanciando as variáveis em (07) com as peças correspondentes de (06), resultando na estrutura em (08). O esquema em (07) pode ser instanciado de forma semelhante com substantivos recém-importados do inglês, para produzir, espontaneamente, novas expressões, a exemplo da recentíssima forma ‘*crusha*’. Também dá conta de formas ultrarrecentes como ‘dicionária’ e ‘vocabulária’, usadas no início do século XXI em referência a formas femininas que reivindicam lugar próprio na morfologia da língua portuguesa por evocarem um feminino socialmente codificado (cf. CARVALHO, 2019):

(08)	SEMÂNTICA:	[PERU ₁ FEM ₂] ₃
	MORFOSSINTAXE:	[N ₁ AF ₂] ₃
	FONOLOGIA	/ pE'ru ₁ a ₂ / ₃

Considerando o plural em português, uma abordagem serialista formularia uma regra do tipo “adicione -s ao final de um nome (S ou Adj) para expressar a noção de mais de um”. A contrapartida, na MR, é a formulação de um esquema como em (09). Relembramos que é extremamente arbitrária a indexação. Vamos, aqui, adotar uma numeração progressiva apenas com o objetivo de distinguir uma representação de outra:

(09)	SEMÂNTICA:	[(X _x) PLUR] ₄
	MORFOSSINTAXE:	[N _x AF ₅] ₄
	FONOLOGIA	/ ...x S ₅ / ₄

O esquema em (09) generaliza o fato de os nomes plurais em português apresentarem um afixo /S/ subespecificado na posição de coda silábica (arquifonema sibilante em posição de travamento de sílaba, na terminologia de Mattoso Camara Jr, 1970). Essa representação acolhe não apenas os nomes plurais ditos regulares ('peru-perus', 'siri-siris'), mas também aqueles que apresentem qualquer modificação na FONOLOGIA, pois, independentemente do fato de haver acréscimo de vogal ('barbares', 'freguês-fregueses') ou modificação fonológica na base ('funil-funis', 'capitão-capitães'), **todo nome plural termina em -s**. É essa a primeira informação que aprendemos sobre o plural. Além disso, (09) consegue acolher novas formações (cf. 'chapados', 'profissas'), incluindo as oriundas de siglas (cf. 'UFs', 'CEPs') e, até mesmo, as recém-importadas de outras línguas (cf. '*sushis*', '*bullyings*'). A forma plural 'perus' pode ser produzida instanciando as variáveis em (09) com as peças correspondentes de (09), o que leva à estrutura em (10):

(10)	SEMÂNTICA:	[PERU ₁ PLUR] ₆
	MORFOSSINTAXE:	[N ₁ AF ₅] ₆
	FONOLOGIA	/ pE'ru ₁ S ₅ / ₆

Como se pode observar, nos casos mais simples, o mapeamento é trivial, como se observa a representação a seguir, com S representando um substantivo.

(11)	SEMÂNTICA:	[ORELHA ₇] ₈
	MORFOSSINTAXE:	[S ₇ ...] ₈
	FONOLOGIA	/O'reλ ₇ a/ ₈

Mais interessante é a representação de uma palavra complexa, como 'orelhudo'. O nó MORFOSSINTAXE codifica o fato de que essa palavra é um adjetivo constituído de um substantivo mais um afixo. O coíndice 9 vincula a SEMÂNTICA, a MORFOSSINTAXE e a FONOLOGIA da palavra inteira, assim como o coíndice 8 vincula as camadas em (11). O coíndice 7 relaciona a categoria morfossintática Substantivo com o significado ORELHA e a fonologia / O'reλ /. O coíndice 10 liga o afixo com a fonologia / udU/:

(12)	SEMÂNTICA:	[ORELHA ₇ – AVANTAJADO] ₉
	MORFOSSINTAXE:	[_{Adj} S ₇ – AF ₁₀] ₉
	FONOLOGIA:	/ OrE'λ ₇ udU _{10/9}

Para Jackendoff e Audring (2018), um coíndice como 7, em (12), também vincula as partes relevantes de ‘orelhudo’ à palavra-base ‘orelha’. Com isso, unifica as duas palavras e a correlação serve como um elo relacional. Para eles, “se notarmos os *links* [...] como linhas de associação em vez de coíndices” [...], “pode-se ver que os links de interface (linhas sólidas) conectam níveis dentro de um item léxico, enquanto os *links* relacionais (linhas tracejadas) conectam partes que são iguais em diferentes itens lexicais” (JACKENDOFF; AUDRING, 2019, p. 123), como mostram na representação abaixo, para ‘ovelha’ (*sheep*) e ‘acanhado’ (*sheepish*):

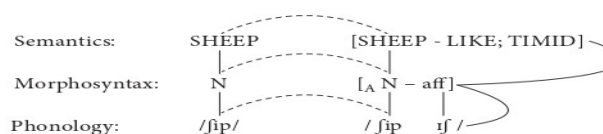


Figura 4: Redes relacionais (Fonte: JACKENDOFF; AUDRING, 2018, p. 123)

Dado o formato para representar palavras, a notação em (12) pode ser facilmente enriquecida de modo a estabelecer generalizações. Extraindo a contribuição de ‘orelha’ (11) para ‘orelhudo’ (12), chegamos a (13) como o padrão cujas instâncias incluem formas como as em (14), na sequência:

(13) SEMÂNTICA: [Xy – AVANTAJADO]z
 MORFOSSINTAXE: [A Ny – aff3]z
 FONOLOGIA: /...y udŮ3 /z

(14) barrigudo bigodudo bundudo narigudo
 queixudo cabeludo peitudo cadeirudo

As formas em (14) são amplamente usadas para caracterizar partes do corpo visível que alguém apresenta acima do considerado prototípico ou “normal”. Rocha (1998) mostra que esse sufixo pode não se aplicar a todas as bases substantivas que façam referência a partes do corpo humano, soando estranhas (?unhudo) e/ou agramaticais (*calcanharudo). No entanto, porque o esquema está disponível na língua, Mansur (2015) atestou várias dessas formas “esquisitas” nas redes sociais, como se vê em (15), a seguir:

(15) pezudo mãozudo umbigudo
 ciliúdo palpebrudo sobrancehudo
 ombrudo dedudo pestanudo

Habilidades cognitivas como a metáfora e a metonímia podem expandir o uso de *-udo* e responder por formas como ‘baleiúdo’ (“gordo como uma baleia”) e ‘abelhudo’ (“alguém que se mete onde não é chamado”), respectivamente. O polo semântico fica livre para ser alimentado por qualquer teoria que dê conta de aspectos semântico-pragmático-discursivo-cognitivos e explicar os inúmeros usos com substantivos abstratos, que obviamente não denotam partes do corpo (‘sortudo’) ou mesmo com adjetivos (‘feiúdo’).

Palavras finais

Esperamos, com este artigo, ter alcançado nosso objetivo principal: apresentar o modelo e observar as possibilidades de aplicação ao português, alcançando um público variado: desde pesquisadores interessados nos desenvolvimentos da Gramática das Construções até aqueles que apreciam morfologia, de uma forma geral, e morfologia do português, mais especificamente. Desse modo, deixamos de lado os padrões virais e as formações produtivas, pois a Morfologia Construcional há pelo menos quinze anos vem se debruçando sobre esses temas, que também podem receber bom tratamento na MR. Enfim, esperamos que o presente trabalho sirva de inspiração a novas pesquisas nessa nova área de investigação.

Referências

- AUDRING, J. Mothers or Sisters? The Encoding Of Morphological Knowledge. *Word Structure*, v. 12, 3, p. 274-296, 2019.
- AUDRING, J.; BOOIJ G.; JACKENDOFF, R. *MenscheIn, kibbelen, sparkle: Verbal diminutives between grammar and lexicon*. In: Sander Lestrade; Bert le Bruyn (eds.) *Linguistics in the Netherlands*. Amsterdam: Benjamins, 2017.
- BASILIO, M. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Linguística* (Rio de Janeiro), v. 6, p. 11-26, 2010.
- BASILIO, M. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BISOL, L. O acento e o pé métrico binário. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 22, p. 69-80. Campinas: UNICAMP, 1992.
- BISPO, E. B.; LOPES, M. G. *Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. *Odísseia*, Natal-RN, v. 7, n. esp., p. i-x, 2022.

BOOIJ, G. Compounding and Derivation. Evidence for Construction Morphology. In: W. DRESSLER et al. (eds.). *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 109-131, 2005.

BOOIJ, G. Construction morphology and the lexicon. In: MONTERMINI, F.; BOYÉ, G.; HATHOUT, N. (eds.). *Selected proceedings of the 5th Décembrettes: Morphology in Toulouse*. Somerville: Cascadilla Press, pp. 34-44, 2007.

BOOIJ, G. *Construction morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, G. Morphology in construction grammar. In: HOFFMANN, T. and TROUSDALE, G. (org.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, p. 255-273, 2013.

BOOIJ, G. Construction Morphology. In: HIPPISEY, A.; STUMP, G. T. (eds.). *The Cambridge Handbook of Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BOOIJ, G.; AUDRING, J. Category change in Construction Morphology. In Evie Coussé, Kristel van Goethem, Muriel Norde, and Gudrun Vanderbauwhede (eds.). *Category change from a constructional perspective*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, p. 209-228, 2017a.

BOOIJ, G.; AUDRING, J. Construction Morphology and the Parallel Architecture of grammar, *Cognitive Science* v. 41. N. 2, p. 277-302, 2017b.

BOOIJ, G.; AUDRING, J. Partial motivation, multiple motivation: the role of output schemas in morphology. In Geert Booij (ed.). *The construction of words. Advances in Construction Morphology*. Studies in Morphology, 4. Cham: Springer, 59-80, 2018.

CARVALHO, W. B. de. *Sobre pipocos e dicionárias: uma análise construcionista e relativista da flexão de gênero*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

CHIAVEGATTO, V. C. Introdução à linguística cognitiva. *Matraga*, rio de janeiro, v.16, n.24, 77-96, jan./jun. 2009.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. MIT Press, 1995.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W. Construction Grammar. In: D. Geeraerts / H. Cuyekens (Eds). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford / New York, Oxford University Press, p. 463-508, 2007.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2017.

FURTADO DA CUNHA, M. A. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional). In: SOUZA, M. M. et al. (Orgs.). *Sintaxe em foco*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele. *Constructions at work. The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, C. A. V.; ALMEIDA, M. L. L. Por uma Ciber morfologia: Abordagem Morfossemântica dos Xenocostituintes em Português. In MOLLICA, M. C.; GONZALEZ, M. (orgs.). *Linguística e Ciência da Informação: Diálogos Possíveis*. Curitiba: Appris, p. 105-127, 2012.

HOFFMAN, T.,; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

JACKENDOFF, R. Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language* 51, p. 639-671, 1975.

JACKENDOFF, R. *Foundations of language*. Brain, meaning, grammar, evolution. Oxford: Oxford University Press, 2002.

JACKENDOFF, R. Compounding in the Parallel Architecture and Conceptual Semantics. In: Rochelle Lieber; Pavol Štekauer (Eds.). *The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: Oxford University Press, 105-28, 2009.

JACKENDOFF, R. *Meaning and the Lexicon: The Parallel Architecture 1975-2010*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Morphological schemas: theoretical and psycholinguistic issues. *The Mental Lexicon*. v. 11, n. 4, p. 467–493, 2016.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Relational Morphology in the Parallel Architecture. In: Audring J. Masini F. (Eds.) *The Oxford Handbook of Morphological Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. *The Texture of the Lexicon. Relational Morphology and the Parallel Architecture*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. *Relational Morphology: A Cousin of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar: Theoretical Prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

MACHADO, P. M. *Gramática das construções e morfologia: um estudo sobre a rede de construções sufixais de desencontro em português*. Tese (Doutorado em Linguística). Juiz de Fora: UFJF, 2015.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, A. S. *Jackendoff e a arquitetura paralela: apresentação e discussão de um modelo de linguagem*. Munique: Lincom, 2012.

SALOMÃO, M. M. M. Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. *Veredas*, v. 6, n. 1, p. 63-74, 2009.

SCHWINDT, L. C. *Gênero e língua(gem): formas e usos*. Salvador: Editora da UFBA; 2020.

TOMASELLO, M. *The cultural origins of human cognition*. Harvard: Harvard University Press, 1999.

TRAUGOTT, Elizabeth; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ULLMAN, M. T. The declarative/procedural model: A neurobiologically motivated theory of first and second language. In: Van Patten, B, Williams, J (eds). *Theories in second language acquisition: An introduction*. 2nd edition. New York: Routledge, pp. 135-158, 2015.

WIEDEMER, M.; OLIVEIRA, M. Apresentação “Novos caminhos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso”. *Soletras*, V. 37, N. 1, p. 1-9, 2019.

Recebido em 30/11/2021

Aceito em 29/03/2022

Publicado em 06/04/2022